

A METROPOLIZAÇÃO E O PAPEL DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DO TURISMO EM FORTALEZA – CEARÁ¹

Enos Feitosa Araújo²

Resumo

O turismo é uma atividade importante no Nordeste Brasileiro. A prática relaciona-se com as dinâmicas metropolitanas e a valorização dos espaços litorâneos, os quais ganharam importância devido a outros hábitos de lazer, tornando-se áreas principais para investimentos e fluxos turísticos. Assim, o litoral apresenta-se como o principal espaço turístico do século XXI, com infraestrutura consolidada, discursos políticos e imaginários que promovem um cenário positivo da região costeira. Destarte, a produção dos espaços litorâneos metropolitanos ocorre mediante as relações entre os agentes turísticos e as políticas públicas direcionadas ao turismo. Por consequência, os espaços litorâneos metropolitanos possuem conflitos socioespaciais, entre as práticas turísticas e demais atividades, porém, consolida-se um planejamento turístico para estas áreas.

Palavras Chave: Turismo; litoral; Fortaleza.

THE METROPOLIS AND THE ROLE OF GOVERNMENT TOURISM POLICIES IN FORTALEZA - CEARÁ

Abstract

Tourism is an important activity in Northeast Brazil. The practice relates to the metropolitan dynamics and the recovery of coastal areas which have gained importance due to other leisure habits, becoming main areas for investment and tourism flows. Thus, the coast is presented as the main tourist area of the century, with consolidated infrastructure, political speeches and imaginary that promote a positive scenario of the coastal region. Thus, the production of the coastal metropolitan areas occurs through the relationships between the tourist sector and public policies directed to tourism. Consequently, the metropolitan coastal areas have socio-spatial conflicts between the tourist practices and other activities, however, consolidates a tourist planning for these areas.

Keywords: Tourism; coast; Fortaleza.

¹ Este artigo foi publicado originalmente no XVIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (2013), em que o autor compactuou com algumas discussões propostas, modificando algumas questões e soluções.

² Graduado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Atualmente é Professor Substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Fortaleza. Email: enosfeitosa@gmail.com

O turismo e as políticas governamentais: o desenvolvimento econômico no Nordeste brasileiro

O turismo apresenta-se como uma atividade econômica com fluxos e fixos crescentes em todo o mundo, principalmente nas três últimas décadas. No Brasil, a tendência é comprovada, e o Nordeste brasileiro firmou-se como uma das principais regiões turísticas do País. Por que o Nordeste? Qual o principal vetor articulador entre o turismo e a produção espacial?

Diferentemente de outros países, que tiveram grandes transformações decorrentes do turismo, no Brasil (principalmente no Nordeste brasileiro) o governo propõe ações de articulação do turismo com a produção espacial através das políticas governamentais que se apresentam como as principais medidas para o desenvolvimento turístico.

Assim, o poder público (em todas as suas esferas) promove políticas governamentais destinadas a determinadas finalidades, dependendo de todo o sistema de relações governamentais e privadas no contexto político-governamental. Dessa forma, algumas políticas governamentais são prioritárias, se consideradas relevantes em cada contexto histórico e grupos sociais envolvidos, e é desse modo que o turismo vincula-se a elas.

Ou seja, as políticas governamentais refletem as diretrizes públicas de determinado(s) governo(s), expressando suas principais finalidades. No caso nordestino, articulando a política à economia, enumeram-se três fases: a) até os anos de 1940, a fase da agricultura; b) entre os anos de 1940 e 1950, o contexto da indústria como importante atividade; c) nas três últimas décadas, o turismo.

Ao enfatizar a importância do Estado como agente de produção espacial na sociedade capitalista, Becker (2001) aponta uma questão relacionada ao Estado e às atividades turísticas. A autora diz que enquanto se discute a tendência neoliberal do Estado no contexto mundial é preciso revisar tal expressão no caso brasileiro, pois foi o Estado que mais investiu no turismo, contrariando o Modelo de Cancun, realizado no México.

Por outro lado, as políticas governamentais não deixam de articular-se com outros contextos, como a globalização; as multinacionais; o financiamento econômico mundial; as elites locais, metropolitanas, estaduais e regionais; os

empresários; os demais agentes da iniciativa privada. Conforme Massey (2008), a política pública é resultante das negociações entre os diversos agentes econômicos e espaciais.

As políticas governamentais são resultantes de vários planos e planejamentos. Em outras palavras, são ações que decorrem de vários governos e prioridades, além de determinadas modificações ao longo do tempo. As políticas governamentais do turismo não fogem à regra e, no caso brasileiro, são resultantes de várias ações e planejamentos diferenciados.

Segundo Cruz (2000), existem três fases de políticas governamentais turísticas no Brasil: a) pré-história jurídico-institucional (1938-66), em que o turismo é considerado como atividade, porém resume-se praticamente à divisão institucional; b) fase moderada (1966-1991), com vários planos e planejamentos, porém de forma discreta e desarticulada; c) ápice (a partir de 1991), com o PRODETUR/NE articulando principalmente o Nordeste brasileiro.

Nessa conjuntura, os estados brasileiros colocam em seus planejamentos governamentais ações e políticas direcionadas ao turismo, porém de forma discreta. Coriolano (1988) destaca a Conferência de Estocolmo, em 1972, quanto às atividades econômicas alternativas no contexto mundial, para conter as atividades poluidoras e promover o desenvolvimento sustentável.

Em 1973, com a constituição da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), ações econômicas são direcionadas à área, principalmente vinculadas à indústria. Por outro lado, estratégias de desenvolvimento ligadas ao turismo são constituídas de forma a agregar o litoral e a metrópole, embora de modo coadjuvante ou secundária.

Apesar de alguns esforços para o desenvolvimento da atividade turística e para a implantação de infraestrutura na RMF nos anos 1980, é somente no Governo das Mudanças (1987-1990) que o turismo terá um papel importante no planejamento e no desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, promovendo significativas modificações socioespaciais e políticas.

Nesse governo, as ações estatais vão além daquelas direcionadas às infraestruturas para o desenvolvimento turístico, pois modificam-se as ideias e as imagens, e é inaugurado um novo discurso turístico no contexto do Nordeste

brasileiro e no Ceará. Assim, a propaganda e o marketing apresentam-se como novos elementos do Estado perante o desenvolvimento turístico do Ceará.

Nesse contexto, Cruz (1996) enfatiza que o turismo reforça a diferenciação socioeconômica existente no Nordeste brasileiro, privilegiando os estados com maiores economias (Bahia, Ceará e Pernambuco), que já tinham razoável infraestrutura, além de maiores populações. Ou seja, a questão política alia-se à força econômica.

Temos como principal destaque das políticas governamentais de turismo, o PRODETUR I que foi criado em 29 de novembro de 1991, mediante Portaria conjunta 1, pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e EMBRATUR, para financiar vários investimentos de infraestrutura básica em diversos estados, predominantemente litorâneos. Segundo Benevides (1998), o PRODETUR I só se concretizou pelas pressões políticas, principalmente dos estados nordestinos.

Dessa maneira, o PRODETUR/NE I prioriza os investimentos em infraestrutura básica. O programa turístico nada mais é, pois, que um dos pilares do planejamento espacial realizado pelo Estado em suas diversas esferas. Com recursos financeiros de vários órgãos e do próprio Tesouro, o Estado firma-se como principal agente interventor do espaço.

Esses recursos financeiros são direcionados aos espaços litorâneos, reforçando o papel desses espaços no contexto socioeconômico do Brasil e a relevância deles na atualidade. Conforme Moraes (2005), os espaços litorâneos apresentam-se como locais de excelência para atividades de lazer, além das questões portuárias e de defesa.

Assim, o papel da urbanização litorânea é promovido pela ocupação primária e pelas práticas de lazer ao longo do Nordeste brasileiro. O turismo apresenta-se concomitantemente como um dos eixos de expansão e de desenvolvimento da urbanização litorânea, e de novas articulações econômicas, principalmente pela atração de fluxos internacionais (DANTAS, 2010).

O turismo, assim, é um vetor econômico de articulação e reformulações de fixos e fluxos em contexto regional-nacional-mundial. No Ceará, há transformações socioespaciais de grande amplitude porque a infraestrutura implantada reforçou não somente o turismo litorâneo, mas também a articulação da metrópole Fortaleza com

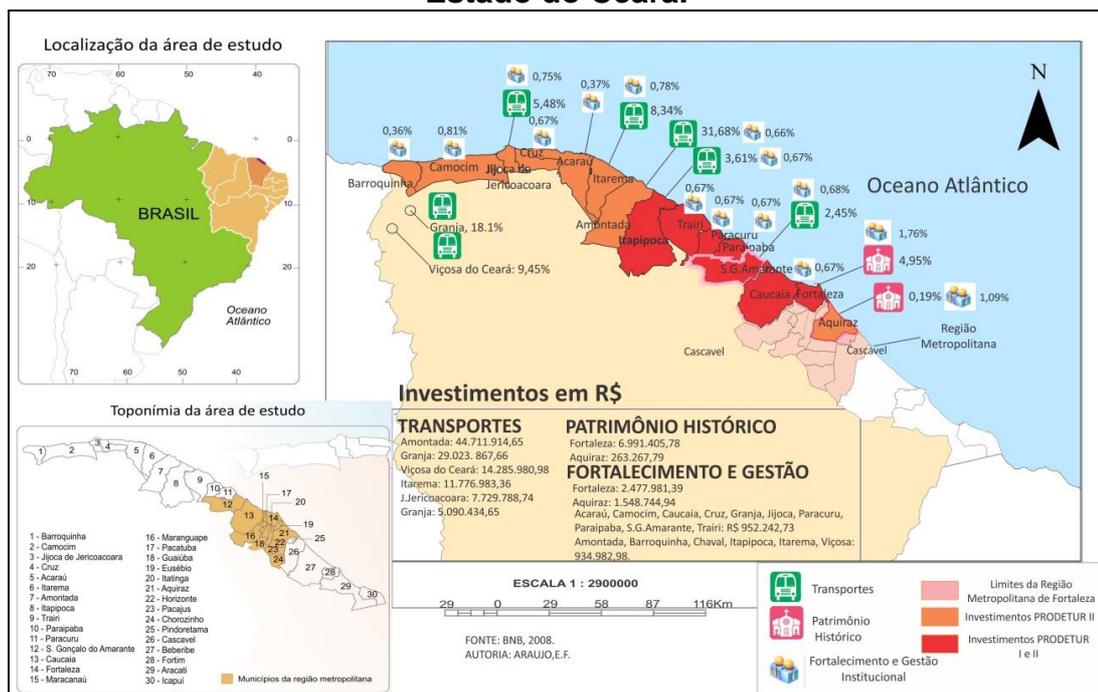
todos os demais municípios litorâneos metropolitanos e também com outros municípios litorâneos não metropolitanos.

O PRODETUR I caracteriza-se como o divisor de águas no que concerne às políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento da atividade turística em escala regional. Com ações marcantes no domínio logístico, alavanca transformações importantes no ordenamento territorial da Região Nordeste, com ênfase na sua zona costeira. (...) As capitais nordestinas em foco se aperfeiçoam como pontos de recepção e distribuição do fluxo turístico litorâneo, dado resultante da implantação, nessas capitais, dos aeroportos, portões de entrada dos turistas (DANTAS, 2010, p. 49; 55).

Assim, o PRODETUR I destaca-se como o programa turístico que define o Nordeste brasileiro e estabelece o Ceará como um dos Estados de importância no contexto turístico. Além dos investimentos públicos de infraestrutura, a iniciativa privada, estimulada por essas novas configurações políticas, reforça investimentos turísticos em quase todo o litoral cearense e nordestino.

Esse contexto de valorização turística nos anos entre 1990 e 2000 é de tal monta que outras fases do PRODETUR (PRODETUR II e Nacional) são aprovadas posteriormente, no intuito de reforçar o papel do Estado para o desenvolvimento turístico e conseguir atrair cada vez mais fluxos e investimentos. (ver figura 01)

Figura 01: Total de recursos PRODETUR I e II para os municípios litorâneos do Estado do Ceará.



No caso cearense, os municípios que receberam mais investimentos no PRODETUR II foram os que não estavam inseridos no PRODETUR I, localizados principalmente no litoral oeste do Ceará. Tais ações reforçam a difusão da urbanização litorânea no Ceará e a articulação com outros estados vizinhos, como os já citados Piauí e Maranhão.

Apesar dos avanços financeiros, o PRODETUR/NE II recebe, inicialmente, críticas em sua implantação devido à demora das ações, pois ao ser criado, ainda em 2001, as primeiras ações (obras) começaram somente em 2003 e até março de 2012 não estão totalmente concluídas, como já foi dito. Segundo dados do BNB, as ações estão em fase de 83% de conclusão.

Paralelo ao PRODETUR II é criada outra fase do PRODETUR, intitulada PRODETUR NACIONAL, de caráter político-administrativo diferenciado em relação às demais fases, com uma gestão desvinculada do BNB e agora ligada ao próprio MTUR. Outras mudanças significativas no rumo das políticas governamentais do turismo são consolidadas no intuito de promover maior rapidez nas ações.

A metropolização³: o turismo e litoral como espaços prioritários

As políticas governamentais do turismo surgem antes da formação metropolitana de Fortaleza, porém a vinculação da atividade ao Ceará esteve presente na cidade de Fortaleza, sobretudo pela infraestrutura existente (notadamente o Aeroporto Pinto Martins e os hotéis e serviços). Mas com a constituição da Região Metropolitana de Fortaleza o turismo é vinculado ao planejamento metropolitano.

³ O conceito de “metrópole” nasce com o de “cidade-mãe”, do século XIX, pelos significados que tentam explicar as várias mudanças ocorridas por conta das novas técnicas e tecnologias. Inúmeros cientistas da época questionam a relação urbano-metropolitana: se é complementar ou se é concorrente. Assim, trocam-se os laços de significados metropolitanos de quantitativos para qualitativos (FRESCA, 2011). No que tange aos conceitos pioneiros de “metrópole” Santos (2009) salienta que essas mudanças abruptas na sociedade (leia-se contexto de metropolização) tornaram as definições de “cidade”, “metrópole”, entre outras, conceitos geográficos insuficientes para as novas dinâmicas. Assim, propõe que os geógrafos consigam avançar para reconceituar, reconstruir novos conceitos, principalmente os de metrópole. Outros aspectos relevantes são as estruturas urbanas, as intraurbanas, em que se analisa o comportamento da metrópole na produção de seu próprio tecido, ou seja, a análise intra metropolitana. Na condição de nó de várias articulações socioespaciais, a metrópole reflete, concomitantemente, “dispersão, agregação e segregação”, sendo contraditória por natureza (LEFEBVRE, 1999).

As dinâmicas turísticas, ao serem planejadas e norteadas pelas ações estatais, passam a possuir várias teias de relações socioespaciais, principalmente metropolitanas. Então, longe de fazer uma epistemologia sobre metrópole e Região Metropolitana, é notório compreender a diferenciação conceitual entre ambas.

Apesar de apresentar aspectos similares, metrópole difere de Região Metropolitana: a primeira possui características de cidade que se agiganta perante as suas relações, ampliando seu relevante papel espacial, econômico, entre outros aspectos, enquanto a segunda é caracterizada por limites, regência, ou seja, pela articulação de municípios guiados por um planejamento ou pela regência estatal.

Apesar das diferenciações, ambas fazem parte de um cenário único: o metropolitano. É nele que se realizam as teias de relações socioespaciais, sendo difícil compreender as diferenciações existentes e conseguir, de fato, conceituar o vocábulo “metropolitano” e distinguir as características singulares que ele encerra.

O conceito de “metrópole” nasce com o de “cidade-mãe”, do século XIX, pelos significados que tentam explicar as várias mudanças ocorridas por conta das novas técnicas e tecnologias. Vários cientistas da época questionam a relação urbano-metropolitana: se é complementar ou se é concorrente. Assim, trocam-se os laços de significados metropolitanos de quantitativos para qualitativos (FRESCA, 2011).

Com o passar do tempo, Fresca (2011) analisa as diferentes vertentes de análise da metrópole, principalmente as guiadas pelo seu papel econômico nas regiões e nos países. Mas no período entre 1960 e 1970 o “metropolitano” é discutido com mais ênfase, pela urbanização mais intensa na maioria dos países, inclusive nos menos abastados.

Assim, Carlos (2005) é enfática ao dizer que o contexto metropolitano é uma das últimas lógicas econômicas capitalistas mundiais, que mostra o avanço do urbano perante a sociedade, tornando-se, assim, a principal forma de articulação das pequenas, médias e grandes cidades no circuito econômico global. Em suma, a metrópole se destaca perante a cidade.

Santos (2009) salienta que essas mudanças abruptas na sociedade (leia-se contexto de metropolização) tornaram as definições de “cidade”, “metrópole”, entre outras, conceitos geográficos insuficientes para as novas dinâmicas. Assim, propõe que os geógrafos consigam avançar para reconceituar, reconstruir novos conceitos, principalmente os de metrópole.

Fresca (2011), por outro lado, é mais amena quanto às críticas sobre os conceitos de metrópole. Segundo a autora, o grande paradigma é o caráter polissêmico do conceito. Enfatiza que novos elementos técnicos e tecnológicos fazem a sociedade moderna tornar-se mais rápida e, por isso, o conceito muitas das vezes poderia ser contraditório.

A autora faz uma epistemologia sobre os aspectos metropolitanos. Entre eles estaria sempre o caráter funcional, destacando-se nas análises a escola de Chicago de Geografia; outro aspecto seria o caráter articulador econômico mundial, um dos nós da economia mundial, em virtude da estrutura que a metrópole compõe para articular-se com os fluxos mundiais.

Outros aspectos relevantes são as estruturas urbanas, as intraurbanas, em que se analisa o comportamento da metrópole na produção de seu próprio tecido, ou seja, a análise intrametropolitana. Na condição de nó de várias articulações socioespaciais, a metrópole reflete, concomitantemente, “dispersão, agregação e segregação”, sendo contraditória por natureza (LEFEBVRE, 1999).

Cunningham (2006), ao fazer uma epistemologia sobre vários autores que estudavam a metrópole, propõe que, apesar das relações com a cidade, ela extrapola a noção citadina e, assim, reveste-se de uma nova lógica espacial e produtiva moderna, resultante de uma construção material e imaterial e da explosão das velhas formas urbanas.

Nessa perspectiva, um dos significados ou conceitos de metrópole seria a formação espacial das correlações espaciais com base na articulação dos setores econômicos e sociais, obedecendo a certas características moldadas em um modelo “abstrato-material” universal. Mas o autor mostra cautela perante um fechamento do conceito, pois existem diferenciações em cada lugar, apesar de características similares entre eles.

Harvey (2005) constata essa ideia de diferenciação entre cidades e metrópoles pelo processo que ele intitula “desenvolvimento geográfico desigual”, resultante de toda a articulação política e econômica dos agentes espaciais e econômicos hegemônicos para promover certas diferenciações que promulguem interesses deles.

Assim, as metrópoles apresentam-se como espaços articulados socioeconomicamente, porém desiguais e contraditórios, com modo de vida

restritamente urbano que estabelecem relações com vários agentes sociais, espaciais e econômicos, em níveis cada vez mais intensos e de grandes escalas espaciais, e que produzem aspectos materiais e subjetivos perante os seus significados.

Cunningham (2006) em uma de suas frases sobre a metrópole, enfatizando que, se as características do modo de vida urbano são opostas às da área rural e do campo, o metropolitano extrapolaria o urbano e caracterizar-se-ia pelo que ele denominou “o espírito da metrópole”, pois as dinâmicas sociais, culturais, econômicas diferenciam-se diante desse “espírito”.

Dispersão e concentração dão-se, uma vez mais, de modo dialético, de modo complementar e contraditório. (...) Agora a metrópole está presente em toda parte e no mesmo momento. A definição do lugar é cada vez mais, no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo (...). A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas (SANTOS, 2005, p. 101).

Dessa forma, as metrópoles em todo o mundo articulam-se umas com as outras, produzindo uma teia de várias relações em toda a humanidade, promovendo novas dinâmicas socioespaciais mais técnicas, novas tecnologias, rápidas e mais lucrativas, mas promovem desigualdades sociais cada vez mais intensas (SANTOS, 2000).

É assim que a metrópole de Fortaleza, recente em sua plenitude, comporta-se em relação ao Nordeste brasileiro, ao Brasil e ao mundo: articulada entre as várias teias de relações capitalistas dos contextos globais, nacionais, regionais e locais. E como o turismo apresenta-se nesse contexto metropolitano? É, de fato, um fator de urbanização e/ou de metropolização?

Paiva (2010), ao analisar o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza, afirma que a metrópole de Fortaleza é híbrida, caracterizada por várias dinâmicas espaciais (indústria, turismo, comércio, serviços, habitação, imóveis, entre outras), e mostra que apenas um processo não é capaz de prover toda a metropolização contemporânea de Fortaleza.

Assim, a metrópole é híbrida porque o espaço é híbrido⁴. Por mais que as dinâmicas metropolitanas sejam relevantes na atualidade, a sua (i)materialidade é relacionada com o espaço, com simultaneidades dinâmicas, constantemente modificadas pelas novas relações geradas pelas multiplicidades de agentes e ações (MASSEY, 2008).

Compreender a urbanização litorânea é também compreender a expansão da metrópole Fortaleza, pois as dinâmicas possuem relações relevantes entre si. Os municípios de Caucaia e Aquiraz destacam-se como os grandes empreendimentos turísticos e fluxos da vilegiatura marítima, e São Gonçalo do Amarante e Cascavel também possuem consideráveis fluxos.

Nesse contexto de urbanização litorânea supracitado é instituída a Região Metropolitana de Fortaleza, em 1973, pela Lei Complementar 14/73, conjuntamente com outras sete RMs, as quais constituem as primeiras oito regiões metropolitanas do Brasil (ver Tabela 1): Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA) e São Paulo (SP). (ver figura 1)

A metrópole cearense constituía-se de cinco municípios: a capital do Ceará e principal município – Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Pacatuba e Maranguape. À época, como principal município do Ceará, tinha indicadores socioeconômicos maiores que os dos demais municípios, chegando à beira dos 50% de toda a economia cearense.

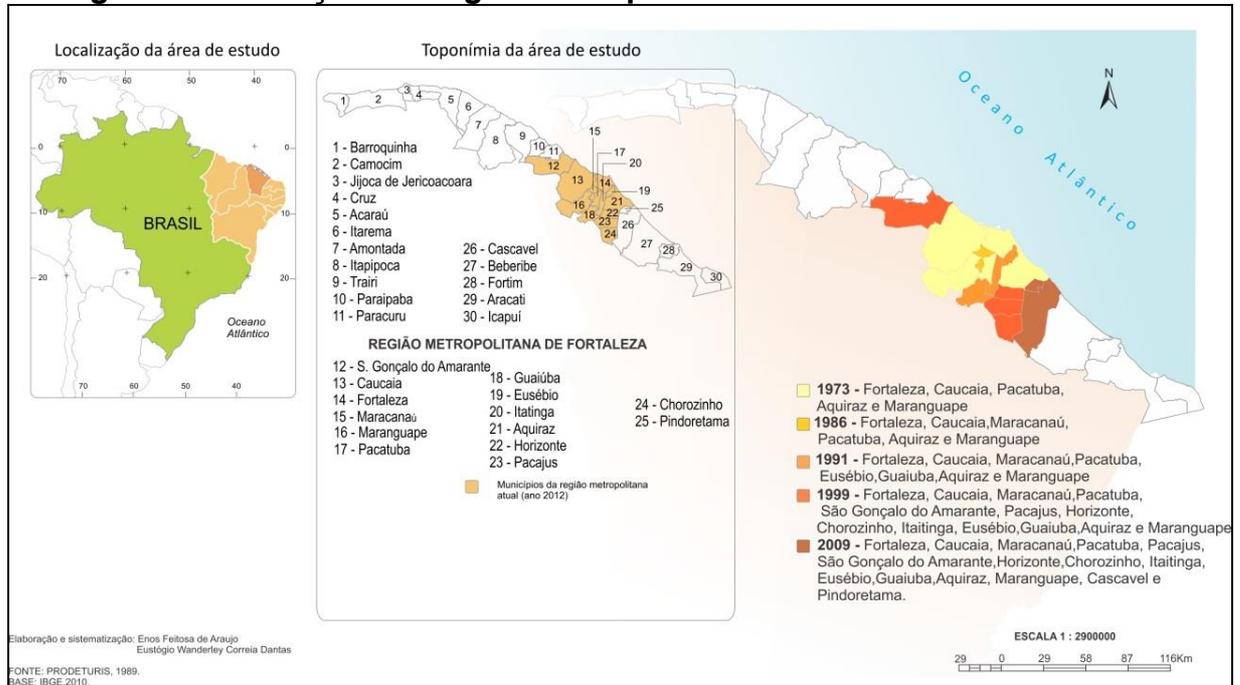
Esses aspectos concentradores da capital Fortaleza marcam certo tipo de macrocefalia, devido à sua infraestrutura, a mais moderna do Estado, além da recente industrialização nos espaços adjacentes à capital, do comércio e dos serviços amplos e relativamente consolidados. O espaço metropolitano da metrópole tornava-se dispersivo, agregado e segregado.

Nos anos de 1990 — a década do turismo cearense — são realizadas modificações tanto nas políticas governamentais como na articulação de agentes sociais e na produção espacial. A Região Metropolitana de Fortaleza firma-se,

⁴ Santos (2009) ao analisar o espaço e o citar como híbrido, promove uma discussão importante quanto ao conceito. Pois, ao considerar que o espaço é o conjunto de objetos e ações, verifica-se que os objetos (oriundos da técnica) não tem importância própria e depende diretamente das ações (humanas), e assim, o espaço geográfico, torna-se, assim resultante das ações humanas. Por conseguinte, consideramos que Massey (2006) aproxima-se à nossa predominância conceitual do espaço ao defini-lo como o resultado da produção de relações, complexidade de redes, vínculos e práticas, que possui essa dimensão de multiplicidade, em eterna construção e que é resultante das várias articulações de poder e técnicas oriundas de vários atores sociais. (MASSEY,2008).

agrega mais espaços, produz localidades, promove fluxos e fixos mais diversificados e mais articulados.

Figura 02: Evolução da Região Metropolitana de Fortaleza – 1973 – 2012.



Percebe-se, pela figura 02, a ampliação da Região Metropolitana de Fortaleza, desde sua origem, em 1973, até adições de municípios em 1986, 1991, 1999 e 2009. Depois de 1988, com a Constituição Federal, a área metropolitana é regida pelo Governo Estadual, e por essa razão há uma sucessão de adições de municípios à Região Metropolitana de Fortaleza.

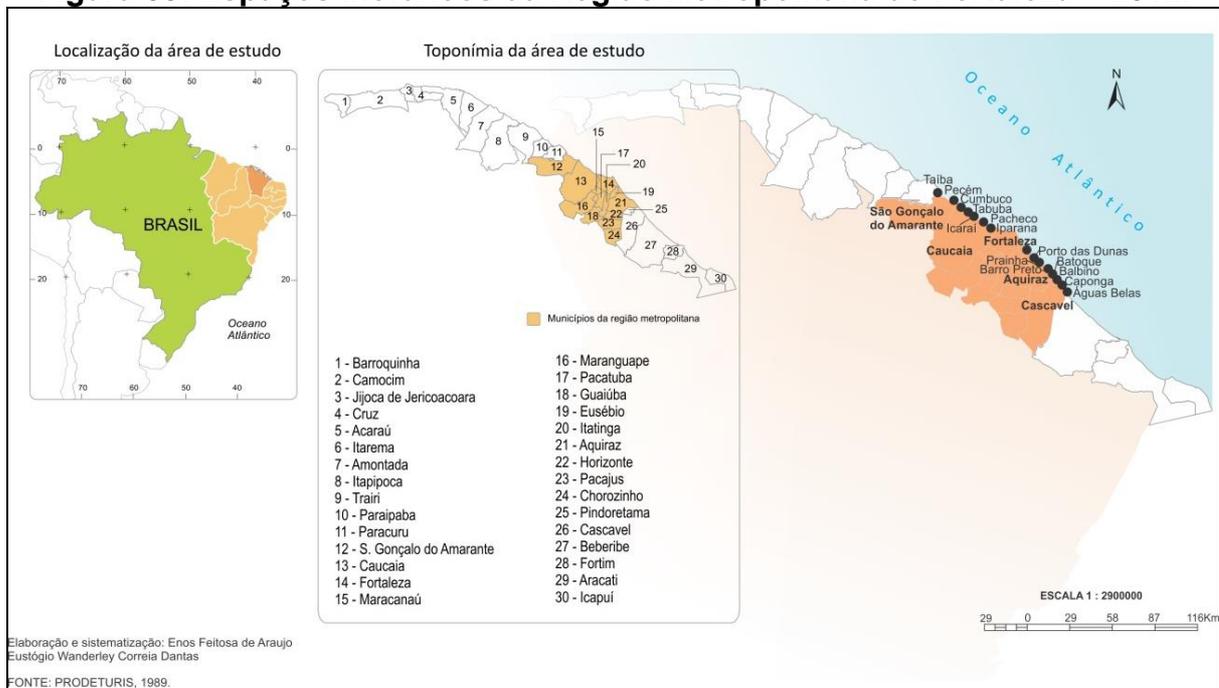
Enquanto a metrópole crescia, os espaços litorâneos também ampliavam suas dinâmicas e suas localidades litorâneas. Apesar de a maioria das localidades litorâneas ser derivada de aldeia de pescadores, houve um frenesi na questão imobiliária dessas áreas para a urbanização, em prol do turismo litorâneo, desde os anos 1990.

O turismo apresenta-se como uma atividade econômica de forte viés metropolitano, que poderia colocar a capital cearense no rol dos maiores destinos turísticos do mundo, além de articular vários setores econômicos e promover distribuição de renda às comunidades litorâneas, oferecendo possíveis alternativas econômicas a essas populações mais pobres.

Nesse contexto, as localidades litorâneas são cada vez mais interligadas entre si e com a cidade de Fortaleza no intuito de promover cada vez mais fluxos turísticos. Várias localidades são criadas mediante empreendimentos turísticos, como o Porto das Dunas, que se desenvolveu em torno do Beach Park, ainda no final dos anos de 1980.

Assim, a produção espacial turística é relevante na Região Metropolitana de Fortaleza. Conforme o IBGE tem-se 14 localidades litorâneas entre cerca de 150 localidades litorâneas em todo o Ceará. A transformação de aldeia de pescadores em locais turísticos é um *continuum* na paisagem litorânea cearense, destacando-se os exibidos na figura 03.

Figura 03: Espaços litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza – 2012.



A incorporação de municípios litorâneos à Região Metropolitana de Fortaleza reforça o papel das atividades turísticas nesses locais. Desde os anos 2000, privilegiam-se empreendimentos turísticos que possam desenvolver os locais, principalmente resorts e complexos turísticos, que investem milhões e até bilhões de dólares.

Mas essas novas dinâmicas turísticas, com a incorporação das zonas de praias, reforçam o papel da metrópole Fortaleza quanto aos fluxos e investimentos.

A dispersão e a concentração metropolitana agregam novos espaços à sua lógica, mas beneficiam principalmente as lógicas da cidade primaz, promovendo o “desenvolvimento desigual”.

Os espaços litorâneos metropolitanos: o foco em Fortaleza

O turismo é uma atividade econômica importante na Região Metropolitana de Fortaleza, articulando vários agentes e setores econômicos. Os espaços litorâneos se destacam quanto aos principais fluxos, investimentos, e principalmente na implantação de fixos turísticos, e assim, o turismo possui dinâmicas relevantes com o espaço litorâneo.

Mas como podemos relacionar os espaços metropolitanos, turísticos e litorâneos? Primeiramente, partimos que o espaço é um exclusivo elemento da realidade. O que consideramos são as relações sociais que produzem características ao espaço, e neste caso, podemos citar os exemplos dos espaços litorâneos a partir da maritimidade e a partir da dinâmica do turismo.

Assim, na relação entre o “espaço e o turismo”, podemos empreender que é no espaço que as relações turísticas acontecem, afinal, o turismo consome, produz espaços. Pois, o turismo vive das transformações ocorridas por ele próprio, no espaço, que tal processo é intitulado “turistificação de lugares”. (CRUZ, 2006).

Assim, na Região Metropolitana de Fortaleza, promove-se uma diferenciação socioespacial a partir das dinâmicas turísticas. Algumas localidades possuem maiores fluxos e fixos relacionados ao turismo, enquanto outros possuem menores fluxos e fixos, e outros, são praticamente ignorados perante a lógica turística.

Neste caso, cria-se uma ambiência litorânea voltada à demanda de lazer (turismo e vilegiatura), mas também se cria uma dinâmica imobiliária e economia voltada a estas atividades. Como o turismo consegue criar fluxos mais intensos e articulados, os agentes turísticos traçam estratégias para alcançarem resultados cada vez mais lucrativos e favoráveis.

Assim, o turismo da cidade de Fortaleza é predominantemente litorâneo (Ceará entra nesta mesma lógica) e agrega as áreas centrais e já consolidadas estruturalmente no rol das principais áreas turísticas. Porém, os fluxos da Região

Metropolitana de Fortaleza não resumem apenas à cidade de Fortaleza, pois as outras áreas metropolitanas possuem outros tipos de fluxos e demandas.

Assim, a cidade de Fortaleza caracteriza-se pela ausência de grandes empreendimentos turísticos como resorts e spas, pela indisponibilidade de grandes terrenos e pelo elevado preço da terra. Pearce (2000), ao analisar os resorts no contexto mundial, sugere que eles são resultantes de uma dinâmica metropolitana turística, ou seja, eles têm por principal finalidade englobar as áreas metropolitanas adjacentes.

A cidade de Fortaleza possui apenas um resort, o Porto da Aldeia Resort, localizado no extremo sudeste da cidade, no bairro de Sabiaguaba, limítrofe de Eusébio e Aquiraz, em uma área em que nos anos 1970-80 houve tentativas de ocupação mais efetivas referentes às práticas de lazer (excursionismo, turismo e vilegiatura), porém, na atualidade, tais tentativas não se consolidaram.

Assim, as dinâmicas turísticas metropolitanas são relacionadas de forma dialética: de um lado, a cidade possui sua própria lógica e dinâmica socioespacial, e relaciona-se com a lógica metropolitana; de outro, as áreas adjacentes ao contexto metropolitano são influenciadas por toda a lógica metropolitana, obedecendo aos fluxos alóctones.

O processo de metropolização relaciona os lugares com suas dinâmicas, promovendo uma descentralização de fluxos e fixos, mas concomitante a este processo, concentra-se também certos fluxos e fixos na cidade primaz motivados pelas dinâmicas já consolidadas, em um tipo de “implosão-explosão” urbana como já citamos.

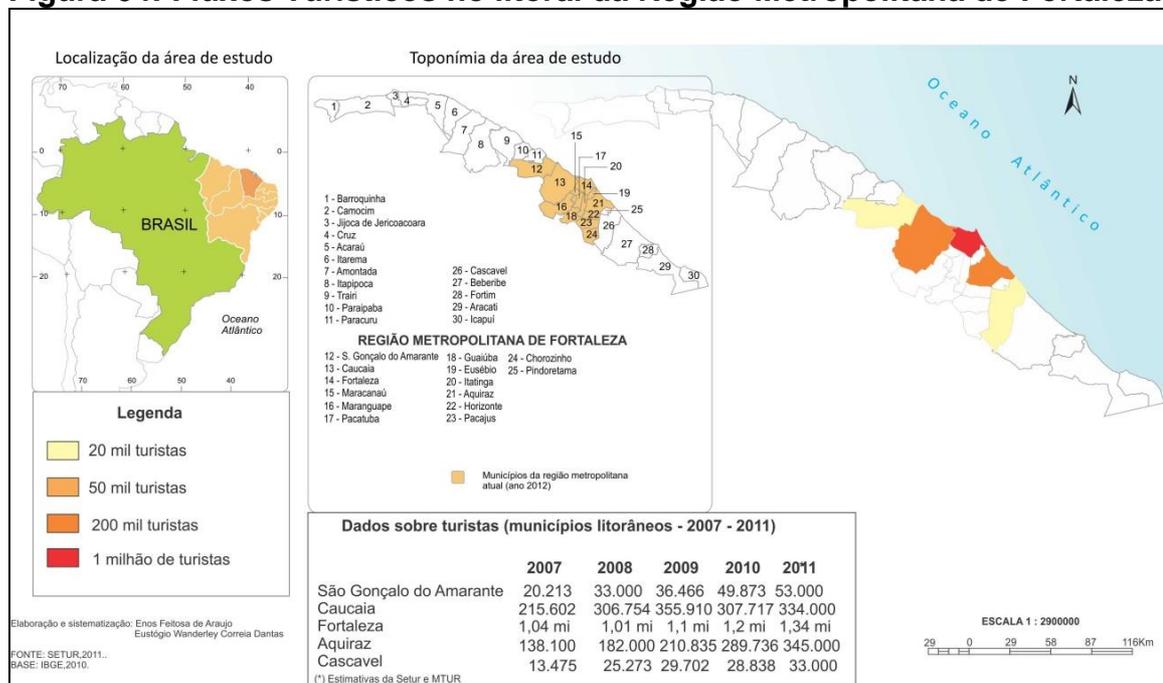
Em outras palavras, a cidade de Fortaleza caracteriza-se pela centralidade dos serviços e decisões turísticas no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza promovendo ações descentralizadoras voltadas principalmente ao litoral metropolitano e adjacente à sua tessitura urbana, agregando cada vez mais empreendimentos turísticos.

Desta forma, a cidade de Fortaleza destaca-se como o principal destino turístico do Ceará, e concomitante à sua valorização, outros municípios litorâneos do tecido metropolitano (Aquiraz e Caucaia, principalmente) consolidam também com maiores fixos e fluxos. Assim, o litoral da RMF torna-se alvo de investimentos públicos e privados em crescentes fluxos e construção de fixos.

Em 2010, os fluxos turísticos do litoral da Região Metropolitana de Fortaleza concentra quase 60% de todo os turistas cearenses, capitaneado por Fortaleza (1,2 milhão), seguidos de Caucaia (307 mil), Aquiraz (290 mil) e Beberibe (244 mil, fora da RMF, porém no litoral leste), em um total de 2,7 milhões.

Ao mesmo tempo em que a cidade de Fortaleza aumenta seus fluxos turísticos, os municípios adjacentes (Caucaia e Aquiraz) aumentam também consideravelmente, em níveis de 43% e 115%, respectivamente. Desta forma, se consolida um fluxo turístico metropolitano centralizador e descentralizador, e outros municípios (Cascavel e São Gonçalo do Amarante) apresentam menores dinâmicas, e até retrações estatísticas. (ver figura 04)

Figura 04: Fluxos Turísticos no litoral da Região Metropolitana de Fortaleza.



Para compreendermos os fluxos turísticos e a centralização espacial, é relevante compreendermos o papel da elite quanto à expansão urbana e imobiliária. Em muitos casos, espaços litorâneos apresentam concentração de empreendimentos turísticos, imobiliários residenciais e vilegiaturistas, promovendo uma urbanização litorânea a partir da lógica metropolitana.

Desta forma, as áreas centrais da cidade de Fortaleza também são as principais áreas turísticas, concentrando grande parte dos empreendimentos turísticos. Destacando-se os bairros do Praia de Iracema, Meireles, Aldeota, Praia

do Futuro e Mucuripe. Entre estes locais, o Calçadão da Beira-Mar localizado da Praia de Iracema até o Mucuripe constitui-se como o principal marco turístico da cidade.

Assim, consideramos que as áreas turísticas também possuem certas características:

a) a área dos grandes hotéis, concentrados principalmente na Avenida Beira Mar, nos bairros do Meireles e Aldeota;

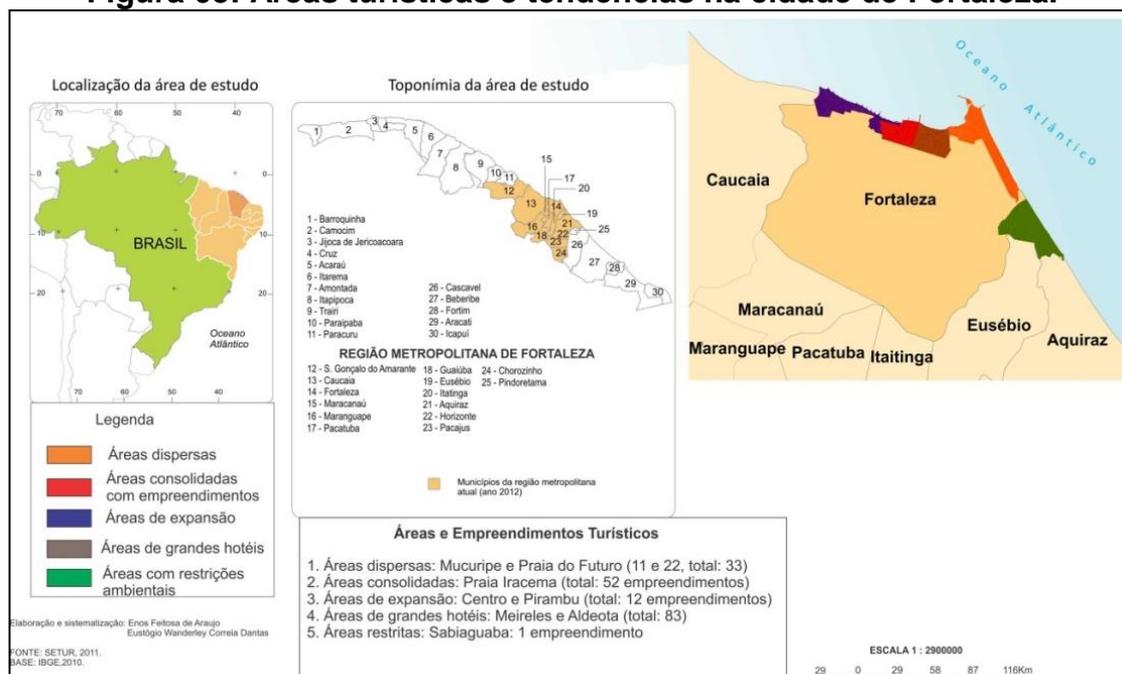
b) áreas consolidadas com predominância de pousadas e médios empreendimentos, porém, vários equipamentos turísticos, como o bairro de Iracema;

c) áreas dispersivas, que possuem empreendimentos turísticos, porém de forma dispersiva, como a Praia do Futuro;

d) a área de expansão, que possuem investimentos ou que irão receber investimentos, voltados à lógica litorânea e/ou turística, como os bairros de Sabiaguaba e Barra do Ceará.

Longe de caracterizar totalitariamente o espaço urbano de Fortaleza, mas compreendê-lo pela ótica do turismo, propomos estas características socioespaciais vinculadas à atividade turística na cidade de Fortaleza. Então, desta forma, produz-se o espaço urbano de Fortaleza vinculada à atividade turística e outras dinâmicas concomitantemente. (ver figura 05)

Figura 05: Áreas turísticas e tendências na cidade de Fortaleza.



Ao analisarmos as áreas turísticas de Fortaleza, percebemos que a maioria dos empreendimentos turísticos está concentrado nas áreas litorâneas (Meireles, Praia de Iracema, Aldeota e Praia do Futuro), consolidando um eixo de 159 empreendimentos vinculados ao turismo, ou seja, praticamente 80% de todos existentes na cidade.

Outras áreas litorâneas também possuem empreendimentos, como a Praia do Futuro, mas esta possui uma lógica mais dispersa. Com 22 empreendimentos, o bairro apresenta uma urbanização dispersa com várias aglomerações subnormais e terrenos vazios. Mas por outro lado, nos últimos anos, vários empreendimentos imobiliários e turísticos estão sendo construídos.

Nestas áreas mais nobres da cidade, também consolida uma expansão urbana que como tem alguns vínculos com o turismo, chamamos de expansão urbana e turística, ou seja, tanto empreendimentos imobiliários como turísticos são realizados, e a própria vilegiatura marítima é um outro fator de expansão urbana destas áreas.

Destacam-se como bairros de expansão urbana, aqueles localizados ao sudeste da cidade, como Sabiaguaba, Messejana, Água Fria, que chega até os municípios de Eusébio e Aquiraz. E no lado oposto, à oeste da cidade, a expansão litorânea são as áreas do Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, com o projeto Vila do Mar que ainda tem objetivos voltados à população local, porém que pode ser integrada à área turística.

Outras áreas destacadas são as áreas ambientais, como a de Sabiaguaba, que como possui um parque e uma APA, não pode receber grandes fluxos turísticos, mas passa por estudos que viabilizem um aproveitamento turístico, mas na atualidade, os fluxos predominantes para a área são vários banhistas da própria cidade. Assim, a cidade de Fortaleza comporta-se com sua lógica espacial híbrida, ao mesmo tempo, comercial, imobiliária e turística.

Considerações finais

O litoral é um importante espaço na atualidade, que passa por transformações em decorrência de seu uso. Desde a vinculação às práticas de lazer, esse espaço

torna-se, por excelência, um dos mais procurados pela atual sociedade urbana, que procura descanso e a tranquilidade que talvez o cotidiano não possa oferecer.

No Brasil, o cenário não se constrói diferentemente, mas as dinâmicas acentuam-se notadamente nos anos de 1980, com a abertura econômica brasileira e com as políticas governamentais que visavam posicionar o turismo como uma das atividades econômicas mais importantes do Nordeste brasileiro, destacando, entre os estados constituintes, o Ceará.

O Estado se sobressai pela visão empresarial e inovadora que o Governo das Mudanças⁵ consolida, inserindo-o em um discurso turístico de imagens positivas e diferentes, em contraste com o antigo cenário negativo de pobreza e seca, tendo a cidade de Fortaleza como o principal portal dessas imagens.

Com o turismo consolidado na sociedade, as políticas governamentais apresentam-se como ações a ser implantadas para dar continuidade a essa nova lógica de produção espacial e social. Alguns espaços são privilegiados em detrimento de outros, numa guerra de lugares promovida pelos próprios agentes fundadores de todo esse emaranhado de relações turísticas.

O que esperar, então, do litoral da Região Metropolitana de Fortaleza nos anos a posteriori? Talvez uma resposta difícil de responder. Pois o espaço é um produto em eterna construção, em que várias dinâmicas, ações e agentes envolvidos podem modificar cada elemento constituinte, e assim, promover mudanças no espaço.

Referencias

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Relatório final do PRODETUR NE. Brasília, 2005.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Introdução ao relatório final do PRODETUR NE. Brasília, 2005.

⁵ O slogan “Governo das Mudanças” é proposto por Tasso Jereissati, filho do Senador Carlos Jereissati, eleito em 1987 e ex- presidente do Centro Industrial do Ceará (CIC), cujas diretrizes de plano governamental sugerem mudanças político-administrativas profundas no governo cearense. Esse governo propõe medidas radicais e intervenções diretas em vários órgãos estaduais, como redução de despesas e incentivos fiscais, redução da despesa de pessoal e reformulação de ações nas atividades econômicas, ampliando o incentivo para a agricultura irrigada, a indústria e para novos polos na RMF, além do turismo e serviços.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Dados do PRODETUR II. Disponível em www.bnb.gov.br/cip, 2007.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Plano preliminar do Prodetur II, 2009.

BECKER, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. vol 1 nº 1. Rio de Janeiro, 2001, p.1-7.

CARLOS, A.F.A. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2005.

CORIOLOANO, L.M.T. **Do local ao global:** o turismo litorâneo cearense. Campinas – SP: Papirus,1998

CRUZ, R.C.A. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, R.C.A. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo do Nordeste do Brasil. In: Amália Inês Geraiges de Lemos. (Org.). **Turismo: impactos sócio-ambientais.** 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, v. 1, p. 263-272.

CRUZ,R.C. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A.I.G [et al] (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo.** CLASCO, São Paulo, 2006.

CUNNINGHAM, D. **O conceito de metrópole:** filosofia e forma urbana. Rio de Janeiro, 2006.

DANTAS,E.W.C. **Maritimidade nos trópicos:** por uma geografia do litoral. Fortaleza: EDUFC, 2009.

_____. **O mar e o marítimo nos trópicos.** GEOUSP – Espaço e tempo, São Paulo, nº 15, p.63-76, 2004.

_____. Imaginário social nordestino e políticas públicas de desenvolvimento do turismo no Nordeste Brasileiro. **GEOUSP**, nº 22 . São Paulo: 2007 p.9-30.

DANTAS, E.W.C.; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

FRESCA, T.M. Uma discussão sobre o conceito de metrópole. **Revista da Anpege.** V 7,n 8,p.31-52, 2011.

HARVEY.D. **Espaços de esperança.** Loyola,2005.

LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MASSEY.D. **Pelo espaço:** uma nova política de espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2008.

MORAES, A.C.R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume,2005.

PAIVA, R.A. **A metrópole híbrida:** o papel do turismo no processo de urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza. Tese de Doutorado da Universidade de São Paulo, São Paulo,2011.

PEARCE, D.G. **Geografia do turismo:** fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço dividido.** São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2009, 9.ed.

Recebido em Fevereiro de 2015.

Publicado em Dezembro de 2015.